



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas

O financiamento da Política de Assistência Social do governo do estado do Espírito Santo no contexto do ajuste estrutural e da pandemia por Covid-19

Financing the Social Assistance Policy of the Espírito Santo state government in the context of structural adjustment and the Covid-19 pandemic

Ester Costa Monteiro¹

Este estudo de iniciação científica tem por objetivo compreender o financiamento da política de Assistência Social no governo do estado do Espírito Santo, visando analisar a sua configuração no contexto do ajuste estrutural de 2016 e da pandemia por Covid-19, com recorte temporal de 2016 a 2022². A metodologia compreendeu respectivamente quatro etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (dados do Portal da Transparência do Espírito Santo), organização dos dados e análise dos dados.

Segundo Martins (2018, p. 238), no Espírito Santo tem-se um cenário que comprime recursos de políticas sociais ao mesmo tempo em que preserva o pagamento da dívida pública. “A atuação do governo do estado na assistência social foi predominantemente por meio de programas de governo transitórios e seletivos, transferências de renda focalizadas e ênfase no cofinanciamento da proteção social básica, com dificuldade de expansão da proteção social especial.”

No governo de Paulo Hartung e no governo de José Renato Casagrande esteve presente o programa 0191 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social cujos valores gastos foram de R\$387.306.209,8. Este programa teve seus maiores gastos com proteção social e ampliação e adequação da rede de equipamentos de assistência social. Já no governo Paulo Hartung esteve presente o programa 0860 Redução da Pobreza cujos valores pagos foram de R\$111.005.204,85 e suas ações com maiores gastos focados na transferência e reforço de renda familiar e apoio a entes e instituições parceiras na promoção da redução da pobreza. No governo de José Renato Casagrande um dos programas com maiores valores pagos foi o 0026 Incluir, com o total de R\$251.174.983,55 e suas ações com maiores gastos voltados para apoio a entes e

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email:estermonteiro2002@gmail.com – concordância para publicação do resumo, caso aprovado.

² Esta proposta de estudo integra uma pesquisa mais ampla intitulada “O financiamento de políticas sociais nos governos do estado do Espírito Santo no contexto do ajuste estrutural e da pandemia por Covid-19”.

instituições parceiras na promoção da redução da pobreza e transferência e reforço de renda familiar, ações similares aos do programa Redução de Pobreza do Governo de Paulo Hartung.

Com relação à execução orçamentária temos a mais baixa no ano de 2016 com 48% apenas dos gastos realizados para a política assistência social. Esta execução se amplia para 95% em 2017 e 96% em 2021 respectivamente, parecendo revelar um aumento de recursos para a política. Em 2016 tivemos um golpe com o governo Temer e logo em seguida a eleição do governo Bolsonaro, demonstrando um desmonte das políticas sociais e, em particular da política de Assistência Social, o que contribuiu para que os governos estaduais alocassem um volume maior de recursos para esta política. A partir da análise dos dados podemos identificar que o financiamento estadual da política de Assistência Social está voltado principalmente para ações de transferência de renda e repasses a instituições/organizações sociais parceiras para a redução da pobreza, demonstrando a direção política de uma execução indireta desta política.

Referências

MARTINS, Bruna. A. **O financiamento da política pública de Assistência Social (Espírito Santo, 2004-2015)**. Vitória: UFES, 2018.